

## À AFROBRASILIANIDADE EM QUESTÃO

Richard Marin\*

### Resumo

Desde os anos 70, o Brasil, inserido num movimento que abrange toda América Latina, conhece mudanças profundas na percepção e na reelaboração da sua identidade nacional. Maior nação “africana” do mundo depois da Nigéria, o Brasil redescobre as suas raízes africanas denegadas durante muito tempo. O artigo se propõe reconstituir as etapas desta longa marcha da “africanidade” brasileira desde a independência até as medidas recentes e controvertidas de ação afirmativa.

**Palavras chave:** afro-brasileiros - afro-descendentes - negros - democracia racial - ação afirmativa

### Abstract

Since 70's, Brazil, inserted in a movement that encloses all Latin America, knows deep changes in the perception and the reelaboration of its national identity. The bigger “African” nation of the world after Nigéria, Brazil discovers its African roots, denied during much time. The article tries to reconstitute the stages of this long march of the Brazilian “africanidade” since independence until the recent and controverted measures of affirmative action.

**Key words:** afro-brazilians - african progenies - blacks - racial democracy - affirmative action

Historiador e observador da realidade brasileira já há muito tempo, chamaram-me muito à atenção as profundas mudanças acontecidas desde os anos 70 na percepção e a reelaboração da identidade nacional. No país, que participa da efervescência étnica continental, a movimentação se faz em torno da herança e das raízes africanas as quais podemos considerar que pertencem mais o menos 70 milhões dos seus habitantes.<sup>1</sup> Tal número faz do Brasil a maior nação “africana” do mundo depois da Nigéria.

Esta dimensão africana, denegada durante muito tempo, está ganhando hoje em dia um lugar de destaque o que conduz a um importante processo de transformação das mentalidades, da cultura e da identidade brasileira. Este artigo tenta reconstituir, desde a

---

\* Université de Toulouse-Le Mirail. Dirección Postal: Allées Antonio Machado 5, F-31058 Toulouse Cedex 1, Francia. Correo-e: marin@univ-tlse2.fr

<sup>1</sup> Em junho de 2004, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tinha 179 milhões de habitantes e apenas 53,7% considerados como brancos.

colônia, as sequencias historicas que conduziram à situação atual, geradora de problemas inéditos.

## A escravidão dos africanos teve papel fundamental na construção do Brasil

O Brasil, o fato é bem conhecido, foi a mais importante colônia escravista da época moderna e, sem a vinda dos escravos africanos –sudaneses e bantus–<sup>2</sup> o país teria sido bem diferente do que ele é. Durante os primeiros decênios da colônia, o índio foi usado como escravo mas a sua substituição pelo africano ganhou impulso por volta de 1570 até tornar-se irreversível. Conforme as estimativas mais confiáveis, entre 1531 e 1850, quando da abolição do tráfico, o Brasil recebeu 3.646.800 escravos africanos, seja o terço de todas as Américas. Incluindo os escravos que nasceram na colônia pode-se considerar que mais de 12 milhões de seres humanos participaram do trabalho escravo. Enfim, é preciso destacar o fato que o Brasil foi também a última nação das Américas a abolir a escravatura –somente em 1888– o que permite entender o vigor da sua permanência na memória coletiva.

Sobre a escravidão, antropólogos e historiadores estão introduzindo profundas revisões a respeito das interpretações tradicionais ainda vigentes alguns decênios atrás.

Hoje em dia não há muitos pesquisadores que se atrevem a defender a tese da especificidade da condição dos escravos no Brasil, muito mais suave que em outros lugares. Pelo que consta nas fontes, os donos portugueses não eram diferentes nem menos violentos que em outros lugares.

Por outro lado, o Brasil no era tão pouco aquele imenso canavial que popularizou Gilberto Freyre em *Casa Grande e senzala*. Ao final do século XVII, a atividade açucariaria decresce e aparece a mineração que conduz a uma sociedade mais complexa. Os novos ricos que acharam ouro ou diamante promovem uma sociedade de luxo e consumo que precisa de operários, de artesãos e de artistas –escultores, músicos, pintores etc. Assim se expandem as várias categorias de escravos urbanos, muitos deles trabalhadores qualificados, cuja condição é muito diferente da dos escravos da senzala.

Outra grande revisão recusa-se a considerar o escravo como uma simples mercadoria, um objeto de produção dominado pelas estruturas e reificado, como pôde descreve-lo a escola de sociologia paulista nos anos 50 e 60. Mercadoria sim, mas capaz de pensar e reagir à sua condição, sendo agente ativo da sua historia.

Se o escravo não foi este ser submisso que descrevia uma vertente da historiografia tradicional, tão pouco foi sempre rebelde como o pretendia uma certa visão romântica de esquerda. O certo é que ele resistiu de várias formas: pelo suicídio, a fuga, a constituição de milhares de quilombos e mocambos (comunidades de escravos foragidos no interior) durante o período colonial, raras revoltas (1835, Salvador),<sup>3</sup> mas também, e sobretudo, negociando e construindo uma certa autonomia na sociedade escravocrata.

<sup>2</sup> Os *bantus* são provenientes da África equatorial e tropical, da região do golfo da Guiné, Congo e Angola, planaltos da África oriental e costa sul-oriental; os *sudaneses*, são predominantes na África ocidental, Sudão egípcio e na costa setentrional do golfo da Guiné. A questão da predominância de um ou outro dos grupos é ainda debatida. Entretanto, as tradições culturais dos *iorubas* da Nigéria (*sudaneses*) são predominantes nas heranças africanas da cultura brasileira.

<sup>3</sup> Cf. João José Reis, **Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835**, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

Esta conquista de espaços, combinada com o fato de terem chegado regularmente escravos até a metade do século XIX, de várias partes do continente negro, explicam as inúmeras heranças africanas “abrasileiradas”, no país de hoje: alegria, cultura do corpo, música, cozinha, religião, palavras, etc. Finalmente, “o jeito de ser brasileiro”, tem muito mais a ver com o legado africano do que com o português.

No entanto, depois da Independência, no processo de construção da nação brasileira, essa herança longe de ser assumida foi totalmente rejeitada pelo imaginário oficial.

## Construindo a nação independente esquecendo a África

Após a Independência, os caminhos da afirmação nacional passam pela glorificação de um passado que nada deve aos portugueses. Impõe-se então a exaltação da figura mítica do índio. Em meados do século XIX, a literatura romântica, em busca de uma originalidade étnica e cultural, contribui à construção da identidade nacional. É sobretudo José de Alencar, com *Iracema* (1857) –anagrama de América– e *O Guarani* (1865), dois grandes romances de sucesso, que fez do índio idealizado o ícone da nacionalidade. Bem diferente era a situação do índio real, desprezado e em vias de extinção: avaliados em 360 mil, na altura da Independência, os índios não atingiam mais de uns cem mil por volta de 1900.

No final do século XIX, o país mal acaba de sair da escravatura quando se impõe o debate sobre a identidade nacional em torno da questão da raça a partir de modelos evolucionistas e social-darwinistas europeus que dominam nas faculdades de Direito, nas escolas de Medicina e nos institutos de História e de Geografia.<sup>4</sup> Nesta corrente heterogênea que comunga na visão duma modernização branca graças à oportunidade oferecida pela emigração de europeus, duas vertentes se destacam.

A primeira, minoritária e pessimista quanto ao futuro do país, coloca o acento sobre o atraso que representa para o Brasil a presença de «raças inferiores» e a «degenerescência mestiça». Em Salvador, sob o magistério de Raimundo Nina Rodrigues, o pai da medicina legal brasileira, a Escola de Medicina concede um lugar essencial ao problema da raça. Nina Rodrigues, que era mulato, é assim levado a concluir, “em nome da ciência” pela inferioridade do africano, que será sempre um dos principais fatores da inferioridade do povo brasileiro. Também insiste nas “taras” da mestiçagem, na “degradação” das populações híbridas que causam, segundo ele, as epidemias. É de forma muito alarmista que o médico de Salvador encara o futuro do país afirmando:

A civilização ariana está representada no Brasil por uma fraca minoria de raça branca a quem ficou o encargo de defendê-la não só contra os atos anti-sociais –os crimes– dos seus próprios representantes, como ainda contra os atos anti-sociais das raças inferiores, sejam êstes verdadeiros crimes no conceito dessas raças, sejam ao contrário manifestações do conflito, da luta pela existência entre a civilização superior da raça branca e os esboços de civilização das raças conquistadas ou submetidas.<sup>5</sup>

<sup>4</sup> Cf. Lilia Moritz Schwarcz, *O espetáculo das raças, cientistas, instituições e Questão racial no Brasil. 1870-1930*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

<sup>5</sup> Nina Rodrigues, *As raças humanas*, Salvador, Livraria Progresso Editora, 1957, p. 162.

No entanto, a corrente preponderante incide sobre o branqueamento rápido da população. Bem estudada por Thomas Skidmore,<sup>6</sup> esta convicção do inelutável branqueamento domina o panorama intelectual da República até à Primeira Guerra Mundial. Assenta na presunção da superioridade da raça branca, «a mais avançada», e afirma que a chegada massiva de europeus, com a ajuda da mestiçagem, produzirá «naturalmente» uma população mais clara, porque «o gene branco [é] mais forte», mas também porque as pessoas não-de procurar de preferência parceiros de cor mais clara.

Racismo bem peculiar, “à brasileira” que propõem, para sair da suposta inferioridade negra o mestiça, de se mestiçar ainda mais para branquear-se e «para melhorar a raça». Em paralelo da ideologia do branqueamento começa a elaboração de uma concepção mestiça da nação. Ela acabara se impondo nos anos 30, como interpretação oficial da identidade nacional. De certo modo, este discurso do nacional abre também certo caminho a expressão da identidade afrobrasileira.

### A longa marcha da identidade mestiça<sup>7</sup>

A Semana de Arte Moderna, realizada no Teatro Municipal de São Paulo entre 11 e 18 de fevereiro de 1922, foi, sem dúvida, um momento decisivo na elaboração de uma nova leitura do nacional. Naquele ano em que o país comemorava o primeiro centenário da Independência, escritores, artistas plásticos, arquitetos e músicos se reuniram com o objetivo de afirmar a produção de uma arte brasileira, afinada com as tendências vanguardistas da Europa, sem contudo perder o caráter nacional. Os jovens modernistas pretendiam redescobrir o Brasil, libertando-o das amarras que o prendiam aos padrões estrangeiros. Rejeitando a cultura de importação, os artistas definem a brasilianidade como consequência de uma profunda mistura de elementos heterogêneos, proclamam um regresso as origens e reivindicam, de forma bem provocadora, um primitivismo estético.

*Macunaíma* (1928), o romance de Mário de Andrade<sup>8</sup> que mistura palavras e referências ameríndias, africanas e europeas revela-se como o símbolo desse elogio da mestiçagem. O seu «herói sem nenhum caráter», Macunaíma, é um índio miraculosamente «embranquecido e depois «de novo escurecido», como encarnação do brasileiro que não possui qualquer «civilização».

Em 1933, a publicação de *Casa Grande e senzala*, de Gilberto Freyre, um jovem sociólogo do Recife formado nos Estados Unidos em antropologia cultural, constitui outro marco fundamental na interpretação e na reinvenção do Brasil. Freyre impõe o paradigma da identidade nacional mestiça e o mito da democracia racial brasileira que serão erguidos como dogmas sob o Estado Novo.

Neste hino idealizado às virtudes da mestiçagem, Freyre entende demonstrar que a família brasileira colonial, célula de base da sociedade, resulta da miscigenação das três raças: negros, índios e portugueses, entre os quais não estabelece nenhuma hierarquia de

---

<sup>6</sup> Thomas E. Skidmore, **Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

<sup>7</sup> Ver Bartolomé Bennassar e Richard Marin, **Histoire du Brésil: 1500-2000**, Paris, Fayard, 2000, cap. VI: «Mythes et réalités d'une nation métisse».

<sup>8</sup> Mário de Andrade, **Macunaíma o herói sem nenhum caráter**, Paris, Archives-UNESCO/CNPQ/MEC, 1988. Coordenação da edição crítica: Telê Ancona Lopez.

mérito. Mas também, como um segundo mérito da obra, faz conhecer ao país tudo o que a identidade nacional deve a África e aos africanos, aos quais consagra dois dos cinco capítulos do livro, chegando a afirmar que os escravos africanos dos meios mais adiantados eram superiores, em vários aspectos da cultura material e moral, aos indígenas e até aos portugueses.

Na linha de *Casa grande e senzala*, o tema do negro invade a poesia, o romance, o jornalismo e acaba por expulsar o índio e o caboclo da literatura e das preocupações dos intelectuais, como de resto acontece na época de dois grandes congressos afro-brasileiros, onde se encontram etnógrafos, psiquiatras, antropólogos, lingüistas, historiadores, folcloristas e sociólogos. O primeiro realizou-se no Recife em 1934 e o segundo em Salvador em 1937, mas este último, de características mais populares, deu também a palavra aos “pais e mães de santo” dos candomblés da cidade e muitos desses doutos congressistas chegaram mesmo a visitar os *terreiros*.

A partir dos anos 1930 e sob o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) a africanidade e a mestiçagem biológica e cultural, apresentadas como grandes referências da nacionalidade, passam a ser valores eminentemente positivos. Metade branca, metade negra, Nossa Senhora da Conceição Aparecida torna-se a santa padroeira do Brasil.

Assim, a feijoada, ontem prato dos escravos, alcança a dignidade de prato nacional, em que o branco do arroz, o negro ou o cinzento do feijão simbolizam as duas grandes raças. Tida como delituosa no Código Penal de 1890 e reprimida pela polícia, a capoeira – uma luta de origem angolana que evoluiu pouco a pouco para um exercício entre a dança e a ginástica – atinge em 1937 o estatuto de esporte nacional. E por sua vez o samba, como música de negros, torna-se num som “tipicamente brasileiro” e expressão musical por excelência do país no exterior.

A quadra do Carnaval, como festa das elites brancas, é renovada por completo. A partir de 1936, as escolas de samba do Rio de Janeiro, compostas por negros e mulatos dos arredores, obtêm autorização para desfilar pelo centro da cidade. No entanto, só a partir dos anos sessenta é que os enredos, os temas dos desfiles, começam a ser uma prática na história dos afro-brasileiros e ainda hoje estes últimos continuam a ser os principais atores do Carnaval.

Estes avanços indiscutíveis de uma identidade mestiça, através da qual o país gosta de se pensar e dar a ver ao exterior, é uma coisa. Mas outra bem diferente é a democracia mestiça para todos os brasileiros. Infelizmente ela ainda está longe de ser adquirida.

### **Brasil: uma democracia racial?**

A crença conforme a qual o país seria uma exceção no mundo, um modelo a difundir de convívio e igualdade entre as raças, se manteve durante muito tempo como ideologia oficial e guarda ainda muita força. A questão do preconceito racial até pouco tempo era um verdadeiro tabu. Um inquérito realizado em 1988, sob a direção da antropóloga Lília Moritz Schwarcz revela toda a complexidade do problema: enquanto 97% das pessoas entrevistadas dizem não ter preconceitos raciais, 98% logo acrescentam que conhecem pessoas racistas. Esclarecem mesmo que se trata muitas vezes de pessoas próximas como parentes, amigos ou relações amorosas. Assim a pesquisa pode concluir

: “todo brasileiro se sente como uma ilha de democracia racial, cercado de racistas por todos os lados”.<sup>9</sup>

Em realidade, mascarado pela ausência de segregação e o calor habitual das relações sociais, o preconceito racial faz parte do cotidiano brasileiro. Forjou-se mesmo a seu respeito a fórmula do “racismo cordial”. Quantas piadas são os vectores de um inconsciente racista. Quantas ofertas de emprego a “uma pessoa de boa aparência”, li nos classificados dos jornais dos anos 80: ninguém desconhecia que os não brancos deviam-se abster. No Serviço Nacional de Emprego de São Paulo, que gerava um contingente de cerca de dez mil ofertas de emprego em fins de 1980, existia um código confidencial que tomava em conta as restrições dos empregadores. M4 significava a aceitação exclusiva de candidatos brancos.<sup>10</sup>

Num país que celebra a sensualidade e a beleza das mulatas, foi preciso esperar por 1986 para assistir à eleição tumultuosa e controversa de uma negra como Miss Brasil e depois de eleita declarou desejar servir-se desse título «como um estandarte na luta contra o preconceito racial».<sup>11</sup>

Ainda em 1998, eis os termos usados por um adolescente negro de São Paulo, para evocar a sua condição à revista *Veja*:

Moro num prédio de classe média. Aos 9 anos, eu era o único negro. Três amigos meus viviam chamando meus pais e eu de “café” e “king kong”. Eu me sentia humilhado. O síndico dizia que lugar de negro era na senzala. Aos 11 anos, deixei de frequentar o playground. Ficava em casa. Nunca mais brinquei no prédio. Mas não tem jeito. Se saio na rua cinco vezes, em pelo menos uma sou insultado. No ano passado, ao voltar ao colégio a pé, o motorista de uma Kombi jogou o carro em cima de mim e gritou: “vai para casa, macaco”. Na escola, certa vez, um colega disse que gostava tanto dos negros que, se pudesse comprava todos eles. Mesmo sem querer as pessoas são preconceituosas. Em 1996, fui a um restaurante japonês. Era o único negro. Todos me olhavam. Um dos meus amigos tentou me consolar: “não liga. É só você ficar quietinho aí no canto”. Na época em que me isolei dos garotos do prédio, todos os fins de semana meus pais arrumavam programas fora da casa para mim. Num deles, fomos à Hípica e decidi aprender a montar. Comecei a competir. Em seis anos ganhei dezoito medalhas e dois troféus. O hipismo me ajudou a superar o problema do preconceito.”<sup>12</sup>

A discriminação social, cujos afrodescendentes são as primeiras vítimas, é como o complemento do preconceito. Se há muito debate sobre as causas não dá para duvidar da realidade do fenómeno: negros e pardos continuam sobre-representados no mundo dos pobres.

Um estudo recente do economista Marcelo Paixão, feito nas duas maiores regiões metropolitanas do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro, a partir do censo de 2000, mostra que a linha que separa os pobres do resto da população sobe ou desce de acordo com a

<sup>9</sup> L. Schwarcz e L. Vidor de Sousa Reis (org.), **Negras imagens**, São Paulo, EDUSP, 1996, p.155.

<sup>10</sup> “Na segunda classe”, *Veja*, 11-05-1988, p. 30.

<sup>11</sup> “Discurso enfático”, *Veja*, 28-05-1986, pp. 36-37.

<sup>12</sup> Rodrigo Cardoso e Laura Capriglione, “Da cor do sucesso”, *Veja*, 24-06-1998.

cor da pele.<sup>13</sup> 35,5% da população é pobre, com 29,8% dos brancos mas 44% dos negros.<sup>14</sup> O estudo assinala que a concentração de pobreza entre negros não é, como se poderia imaginar, restrita aos rincões do país e às comunidades descendentes de quilombos, mas é também um problema das grandes metrópoles. É na região metropolitana de São Paulo, que os dados são os piores: 52,9% dos negros são pobres. A taxa é de 30,9% para os brancos. Enquanto o Brasil branco tem um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alto, na 46ª posição, o Brasil negro está na 107ª.

No entanto, não se pode negar que desde mais o menos 25 anos, o “realismo racial”, associando capacidade a encarar a realidade da discriminação e do preconceito e vontade de achar soluções, já tem permitido passos importantes.

### O avanço do realismo racial

Os progressos numa concepção mais democrática da sociedade, que ganha espaço a partir de 1980 com a decomposição do regimen militar e a militância eficaz do novo movimento negro, combinaram os seus efeitos no sentido de mais lucidez do Brasil sobre ele mesmo.

Câmbios institucionais e varias medidas tomadas pelas novas autoridades são bem significativos das mudanças. Em 1984, Franco Montoro, o governador de São Paulo, aceita instalar um Conselho da comunidade negra com a missão de abordar os problemas de discriminação racial no seu Estado. Em 1991, Leonel Brizola, o governador do Rio, vai mais longe criando a Secretaria Extraordinária para Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras (SEAFRO) ocupada por Abdias do Nascimento, figura de destaque do movimento negro. A nova carta constitucional, promulgada em 5 de outubro de 1988, passa a contemplar a natureza pluricultural e multiétnica do país e determina a demarcação das terras dos remanescentes de quilombos.

Também, o papel das comemorações e da política dos “lugares de memória” são sinais fortes da parte das instituições democráticas. Em 1988 é decidido o tumbamento de “todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos” como parte do Patrimônio cultural brasileiro.

No mesmo ano, as celebrações do centenário da abolição da escravidão, um momento-chave para a introspeção nacional, encontram um êxito bem além do que se podia imaginar. Em São Paulo e depois em Brasília é apresentada uma ambiciosa exposição, intitulada «A mão afro-brasileira». Através de quase duzentas obras, ela descreve a participação dos negros, desde o barroco, na produção artística nacional. A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro tenta, por sua vez, uma reconstituição da «História do negro no Brasil». Multiplicam-se as telenovelas de grande audiência sobre o passado escravista e cresce o número de jornalistas de cor. Em 1992, como uma estreia em todo o país, a TV *Manchete* confia a apresentação do seu noticiário a uma redatora negra.

<sup>13</sup> Marcelo Jorge de Paula Paixão, *Desenvolvimento humano e relações raciais*, Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

<sup>14</sup> O estudo contabilizou como negros, ou «afrodescendentes», a soma dos grupos que o IBGE classifica como pretos e pardos.

Em 1995, as comemorações do tricentenário da morte de Zumbi são outra etapa bem significativa das mudanças do imaginário nacional. Na ocasião, o chefe do quilombo de Palmares, uma comunidade que resistiu quase durante um século (1604-1694) a não menos que 17 expedições militares portuguesas e holandesas,<sup>15</sup> é transformado em herói da nação, em novo Tiradentes.

O auge dessas manifestações ocorre no dia 20 de novembro quando o Presidente da República participa de uma homenagem nacional ao Zumbi, em Palmares: “*Vim aqui para dizer que o Zumbi é nosso, é do povo brasileiro, e representa o melhor do nosso povo: o desejo de liberdade [...] Zumbi ultrapassou a sua identidade afro-brasileira.*”<sup>16</sup>

Hoje em dia, circulam selos e medalhas comemorativas com seu retrato, a sua imagem adorna as camisas de milhares de adolescentes, Zumbi serve de motivo carnavalesco e, no Rio e em São Paulo, entre outras cidades, o 20 de novembro já é feriado municipal. Promoção tão fulgurante, na verdade pouco freqüente na história das nações, diz muito sobre as mudanças da sociedade brasileira.<sup>17</sup>

Nesta evolução, o movimento negro teve também papel relevante. No entanto, em comparação com os Estados Unidos, ele foi sempre fraco no Brasil,<sup>18</sup> país que sempre escapou ao dualismo branco/negro. Nos Estados Unidos, ao contrário, o juridismo que não deu espaço ao meio termo –uma pessoa de ascendência negra é considerada como negra, qualquer que seja o seu aspecto físico– propiciou a estruturação de uma comunidade negra de interesses e de luta.

Mas, no final dos 70, no contexto da abertura política, o militantismo negro brasileiro fez-se mais ativo. Consegue incidir mais na sociedade e nos poderes públicos, dispostos a reconhecer a existência de um «problema negro» que ainda há pouco era negado.

Em 1978, o *Movimento Negro Unificado contra a discriminação racial* (MNU) surgido em São Paulo como um núcleo inicial formado por grupos culturais negros, acertou impondo a sua presença no debate de idéias, sem todavia transformar-se num movimento de massas. Como organização radical, define-se como um «instrumento de luta da comunidade negra» e põe o acento no combate contra a discriminação racial. O MNU e outros movimentos mais culturais como o “quilombismo” de Abdias do Nascimento, revelam-se muito críticos em relação a uma história oficial escrita pelos vencedores brancos, opõem-lhe uma contra-memória intelectual negra e reivindicam a introdução do estudo da África e da história dos afro-brasileiros nos cursos escolares e universitários. Em vez da comemoração do 13 de Maio –aniversário da abolição da

<sup>15</sup> Em 1624, os holandeses, através da Companhia das Índias Ocidentais, invadem a Bahia mas são rapidamente expulsos. Em 1630, em uma segunda tentativa, conseguem apoderar-se da capitania de Pernambuco aí permanecendo até 1654. Recife é o centro da dominação holandesa, sob o notável governo de Maurice de Nassau.

<sup>16</sup> Citado por Jean-François Veran, «Brésil: les découvertes du quilombo. La construction hétérogène d'une question nationale», *Problèmes d'Amérique Latine*, janvier-mars 1999, p. 55.

<sup>17</sup> Ver sobre o tema : Richard Marin, «Zumbi de Palmares, nouveau héros du panthéon civique brésilien?», Sophie Dulucq e Colette Zytnicki (dir.), *Décoloniser l'histoire?*, Paris, Publication de la Société Française d'Histoire d'Outre-mer, 2003, pp. 141-150.

<sup>18</sup> A *Frente Negra Brasileira*, pela sua capacidade em juntar a maioria dos grupos negros existentes, foi a notável exceção. Nascida em São Paulo no início dos anos 1930, tornou-se partido político em 1935, com características obviamente autoritárias, sob o nome de *União Negra Brasileira*. Em 1938, com a proclamação do Estado novo ele foi interdito, como os outros partidos políticos.

escravatura— esses grupos foram os primeiros em promover o 20 de Novembro como «Dia da consciência negra».

## Conclusão

Para quem, como eu, acompanha a realidade brasileira há mais de 25 anos não se pode negar que muitas coisas já mudaram e vão continuar mudando.

Se, de um lado, continua dominando a discriminação social sofrida pela maioria dos afrobrasileiros, do outro lado assistimos à formação duma classe média negra, fruto, entre outras coisas, da expansão do funcionalismo público nos anos 70. A revista *Raça* é como o símbolo desta emergência com a afirmação de uma negritude integracionista bem longe do militantismo negro.

No começo de 1980, o Brasil não tinha nenhum político negro em lugar de destaque, ao contrário dos Estados Unidos, onde os negros ocupavam numerosos mandatos por eleição. Dos 559 deputados da Assembleia Constituinte de 1988, apenas sete eram negros ou mulatos. Em 1987, Benedita da Silva, que se definiu como «negra e favelada», foi a primeira mulher negra que obteve um lugar no Congresso como deputada federal do Partido dos Trabalhadores. Em novembro de 1996, Celso Pitta, um economista negro conservador, foi eleito presidente do município de São Paulo, a mais importante metrópole económica da América Latina. Na presidência Lula, tres afrodescendentes ocupam o ocuparam ministérios: Benedita da Silva, a pasta da Assistência e Promoção Social, o cantor Gilberto Gil, a da cultura e a Marina Silva, a do Meio Ambiente.

Hoje, os valores culturais afrobrasileiros tem ampla aceitação dentro da sociedade como um todo o que não era o caso antes da Segunda Guerra. Mas também é preciso reconhecer que está valorização, que muitas vezes é apenas promoção mercantil de uma cultura étnica, por enquanto, não modificou substancialmente o lugar dos afrodescendentes na sociedade.

Óbvio que o estado brasileiro e as elites tem uma dívida moral e social enorme com os afrodescendentes. Portanto, não considero certo e, até acho perigoso, o caminho das chamadas ações afirmativas —como cotas universitárias— que imitam o modelo implantado nos Estados Unidos. Que sentido pode ter a discriminação positiva pela “raça” num país de tanta mestiçagem? O que significa o projeto de tornar obrigatório o registro da cor das pessoas nos documentos de identidade, privilegiando uma das possíveis características que elas podem preferir não ressaltar considerando que sua inserção na sociedade se dá por outras vias?

Aliás, pensando bem, será que não há também uma dívida social com todos os pobres e excluídos não afrodescendentes? Claro que sim. É precisamente por isso que não duvido que a melhor maneira de lutar contra as varias discriminações e desigualdades sofridas pelos brasileiros não é uma política étnica senão uma política social para todos os brasileiros pobres, sejam “negros”, sejam “brancos”.